

O ano de 2015 arranca com um aumento da incerteza e escassos motivos para optimismo, em virtude do crescimento das tensões regionais, financeiras e sociais já existentes, dada a incapacidade de resolução demonstrada nos anos mais recentes. Essas tensões serão alimentadas pela ausência de crescimento e níveis de desemprego elevados, pelo risco de deflação, pela instabilidade financeira e dos mercados e, agora, também pela evolução do preço do petróleo. Ora, este quadro poderá facilmente conduzir a novas crises regionais e de financiamento e criar tensões proteccionistas nos mercados. Os motivos de preocupação para Portugal são similares, agravados pela complacência orçamental e financeira que o período eleitoral alargado pode provocar, pelas dificuldades de mercados relevantes para o nosso comércio externo, como o europeu e o angolano, e pela incapacidade de reformar o Estado e liberalizar a economia, como o demonstra o veto de gaveta, já plurianual, à implementação da Lei das Associações Públicas Profissionais (tema claramente equivalente, mas mais grave, ao que suscita a crise do modelo de negócio dos táxis). Ao nível fiscal, será o ano do debate sobre a consolidação das relevantes reformas fiscais recentemente concluídas, IRC e IRS, e, em menor grau, da tributação ambiental. A benefício da credibilidade internacional e da competitividade externa, será fundamental que essa consolidação aconteça efectivamente. Mas a necessidade de receita levará ao continuado crescimento, sem comparação, dos tributos menores, das contribuições e das taxas. Simultaneamente, 2015 será igualmente o ano do arranque do debate sobre a reforma da tributação do imobiliário e das receitas municipais. E, claro, se os sinais negativos se adensarem, será ainda o ano do debate sobre o imposto cujo incremento possa ser menos pernicioso para a economia e mais eficaz para o aumento da receita. E, em caso de necessidade orçamental, claramente o IVA será o candidato mais evidente. Significa isto que na ausência de um grande e imprescindível rigor na despesa pública, poderemos acabar o ano com menos taxas de IVA ou com taxas nominais superiores às do início do ano.



**JAIME ESTEVES**

Sócio da PriceWaterhouseCoopers